




MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA E SAIDIYA HARTMAN: UMA LEITURA DOS ESPECTROS, DOS TEMPOS PLURAIS E DA (NÃO)INSCRIÇÃO

Maria da Glória de Oliveira and Saidiya Hartman: A Reading on the Specters, Plural Times and the (Non)Inscription

Ana Paula Silva Santana ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2209-7259>

E-mail: ana.santana1@ichca.ufal.br

^a Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Alagoas, Brasil.

DEBATE
TEMPORALIDADE, COLONIALIDADE RACIALIDADE
TEMPORALITY, COLONIALITY, RACIALITY
TEMPORALIDAD, COLONIALIDAD, RACIALIDAD

RESUMO

No desenrolar desse comentário, dedicamo-nos, primeiramente, aos principais apontamentos de Maria da Glória de Oliveira, no artigo intitulado por Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo, de tal forma que abordamos conceitos e temas importantes para a autora, tais como os espectros da colonialidade-racialidade, suas fraturas temporais, e o chamado beco sem saída da representação. Em um segundo momento, e partindo do que é exposto por Oliveira, propomos-nos a uma leitura desses espectros e fragmentos “retornantes” do passado, presentes no livro de Saidiya Hartman, *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão* (2021). Ao fim, retomamos determinadas reflexões e caminhos suscitados para a pesquisa na área como, por exemplo, a necessária reorganização da linguagem, o espaço do subalternizado na representação, e os demais desafios que nos foram provocados pelo texto de Maria da Glória de Oliveira.

PALAVRAS-CHAVES

Espectros. Colonialidade-racialidade. Representação.

ABSTRACT

Through the unfolding of this study, we dedicated ourselves initially to the fundamental notes of Maria da Glória de Oliveira, in the paper named “Specters of the Coloniality-Raciality and Plural Times of It”, in a way that we approach concepts and important themes for the authors, such as the specters of the coloniality-raciality, its temporal ruptures and the so-called dead-end Alley of the representation. On a second moment, and based on what is exposed by Oliveira, we propose ourselves a reading on these specters and returning fragments from the past, contained on the book of Saidiya Hartman, *Lose the Mother: a journey through the Atlantic Slavery* (2021). By the end, we take back to reflections and paths fueled for the surveyed area like, for example, the necessary reorganization of the language, the space of the subordinated on the representation, and such challenges that were raised to us inspired the text of Maria da Glória de Oliveira.

KEYWORDS

Specters. Coloniality-raciality. Representation.



MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA: SOBRE OS ESPECTROS E OS TEMOS PLURAIS

Aconteceu assim com a escolha da epígrafe para este artigo, extraída do prólogo à obra da filósofa Denise Ferreira da Silva (2019), *A dívida impagável*. Assinado por Jota Mombaça e Michelle Mattiuzzi, a “Carta à leitora preta do fim dos tempos” em nada lembra os protocolos convencionais de um prefácio, pois é composto por sentenças curtas com numeração aleatória, como se fossem anotações soltas de leitura ou aforismas pinçados para serem lidos em um letreiro luminoso. A despeito do aparente sentido nebuloso e esotérico, uma dessas frases pareceu-me apropriada como inspiração e moldura para as reflexões a seguir.¹
(Maria da Glória de Oliveira, neste debate)

O prólogo ao qual Maria da Glória de Oliveira se refere é de um livro que a própria autora havia me indicado há alguns meses. Na ocasião, defendia minha tese de doutorado e ouvia atenciosamente cada sugestão, afinal, tratava-se da pesquisadora de gênero que tanto havia lido. Naquele momento, era questionada sobre o problema da representação nos estudos de gênero e de raça que me propunha a fazer. Qual a funcionalidade da representação? O problema passou a me perseguir e acredito que continuará por muito tempo, principalmente após me deparar com o artigo *Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo*, escrito pela professora Maria da Glória. Tudo estava no lugar, pensando bem, os problemas que nos perseguem não são a melhor parte da profissão? No entanto, antes de seguirmos com as problemáticas que mais nos inquietaram na leitura do artigo, começaremos por algumas das principais considerações da autora.

No desenrolar do artigo *Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo*, Maria da Glória de Oliveira traça importantes problematizações para as pesquisas na atualidade, sobretudo, para os estudiosos e estudiosas interessados/as em temas emergentes como o decolonial e a representação de sujeitos subalternizados pelas narrativas historiográficas. Demanda essa que pode ser observada em outros textos da autora, tais como *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*, de 2018, e *Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo*, de 2022. É importante destacar que, especialmente no artigo de 2022, a autora entende a necessidade de que a “[...] categoria operatória do tempo [...]” também seja política. Para Oliveira, o silêncio de determinados sujeitos históricos deve tomar espaço, nas pesquisas da atualidade, com força e potência, mesmo que “[...] nem todos os silêncios sejam iguais” e, portanto, não possam “[...] ser abordados ou eliminados todos da mesma forma [...]” (Oliveira, 2022, p. 59). Em outras palavras, de acordo com Oliveira, é exatamente esse trabalho de deixar emergir certas memórias ausentes nos discursos históricos mais tradicionais que possibilita a reversão da seleção e da exclusão próprias ao esquecimento.

Ainda no que se refere à entrada de sujeitos subalternizados no discurso histórico, Maria da Glória de Oliveira organizara recentemente, com Patrícia Santos Hansen, o dossiê *Corpos, Tempos, Lugares da Historiografia*, com o intuito de falar sobre a luta e o reconhecimento de sujeitos subalternizados nas Humanidades, assim como os tensionamentos e a crítica, necessária, à tradição moderna da academia. Nas palavras de Maria da Glória de Oliveira:

¹ No que se refere a frase mencionada pela autora: “A visibilidade é uma armadilha e a representação é um beco sem saída” (Mombaça; Mattiuzzi, 2019, p. 23).

A problematização das dimensões políticas, ontológicas e epistêmicas do historicismo euro-androcêntrico deixa em aberto um conjunto de desafios relacionados à descolonização do conhecimento e à desconstrução dos cânones disciplinares. Nos contextos brasileiro e latinoamericano mais recentes, tais problemas reverberam no reconhecimento e necessidade de debate em torno dos aspectos éticos e políticos da teoria da história e da historiografia (Rangel, 2019) e das histórias indisciplinadas (Ávila, 2019) que, longe de evocar a tópica da “crise da história”, convidam ao escrutínio amplo das grades de ferro fundacionais da disciplina, ou seja, das condições de emergência daquilo que conta ou não como conhecimento autorizado por historiadores e historiadoras. Nessa direção, vale ressaltar o desenvolvimento de reflexões críticas em torno das políticas do tempo como “formas de autoridade” que “determinam o quê ou quem pertence ao presente” (Mudrovcic, 2018) e do cânone historiográfico como dispositivo de construção e reprodução de silenciamentos e apagamentos relacionados aos lugares epistêmicos (Pereira, 2018), às questões de gênero (Oliveira, 2018; 2019) e de raça (Assunção; Trapp, 2021), entre outras (Oliveira, neste debate).

Assim, seguindo determinado raciocínio cuidadosamente maturado pela autora, e especificamente no que se refere ao artigo aqui analisado, somos direcionados a pensar, também, no enclausuramento das inscrições, ainda que necessárias às mais diferentes lutas por representatividade e reconhecimento no Tempo Presente.² Destarte, deparamo-nos com o que Oliveira chama de “dívidas espectrais do passado”, com esse lugar de “[...] outro do mundo ocidental” denegado a todos aqueles que, de alguma maneira, foram “marcados, generificados e racializados” (Oliveira, neste debate) pelas historiografias. Dito de outra forma, de acordo com o que é apresentado por Oliveira, observamos que a escrita conquistadora do “colonizador ocidental” transformara em objeto de pesquisa a vida, as experiências e os espectros presentes em muitos corpos colonizados.

Hoje, com as novas e crescentes discussões, proporcionadas pelos próprios sujeitos subalternizados nos discursos históricos que rasgam, cada vez mais, o véu da tradição historiográfica, somos interpelados pelas disputas e cobranças, legítimas, por reconhecimento, justiça e reparação. Esses conflitos ocorrem como se os espectros, memórias e passados obscurecidos brigassem pelo espaço da lembrança e do aparecimento de suas temporalidades “outras”. Assim, e ao encontro de Oliveira, Marcelo Abreu e Marcelo Rangel apontam determinada “tendência democrática” do Tempo Presente, que seria, basicamente, uma espécie de orientação humana para a “[...] assunção positiva da diferença [...]” e produção de novas possibilidades no que tange à constituição de objetividades (Abreu; Rangel, 2020, p.8).

Destarte, em um segundo momento do artigo, Maria da Glória de Oliveira propõe uma reflexão acerca do movimento feito pela historiografia nisto que seria a produção de “sujeitos capturados na diferença histórica [...]” (Oliveira, neste debate). Ou seja, o que Oliveira propõe é o questionamento da própria representação que, se por um lado é reivindicada como aparato necessário para a visibilidade do sujeito subalterno, por outro,

²Salientamos que, ao encontro do que é proposto por Maria da Glória de Oliveira acerca das pesquisas recentes na atualidade e das diferentes demandas concernentes à luta pela representatividade e pela inscrição de entes subalternizados na história, é possível citar os trabalhos de outros estudiosos e estudiosas como Marcelo de Mello Rangel (2019), Durval Muniz (2023), Rogério Rosa Rodrigues (2022), Temístocles Cezar (2018), Thamara Rodrigues (2023) e André Ramos (2023).

acaba enclausurando-o nos limites delimitados pela própria representação. Dessa forma, como observado pela autora:

[...] menos do que a indiscutível eficácia das historiografias em dar corpo e voz aos seus “outros”, o que talvez ainda mereça ser discutido são os efeitos epistêmicos adversos da operação historiográfica em produzir o que Denise Ferreira da Silva (2022, p. 58) identifica como os “sujeitos encarcerados da diferença cultural”, a que eu chamaria também de “sujeitos capturados na diferença histórica”. Afinal, como a filósofa brasileira observa, em *Homo modernus – para uma ideia global de raça*, “a política da representação [histórica] encontra seus limites na própria condição que a possibilita”, isto é, no pressuposto da universalidade dessa representação. Apesar de nunca ter impedido inteiramente “a possibilidade de participação dos subalternos nos rituais da existência política democrática moderna”, de modo paradoxal, essa mesma modalidade de representação contribuiu, em grande parte, para manter esses sujeitos alijados ou *sem parte* nos direitos e privilégios presumidos nas democracias (Idem, p. 339). E aqui, neste argumento, desponta a dimensão política do *beco sem saída* da representação (Spivak, 2014, p. 37-41) (Oliveira, neste debate).

Por fim, Oliveira desenvolve importante reflexão acerca da “colonialidade-racialidade como espectro vetor de sincronização [...]”, por meio de uma crítica decolonial que pretende travar uma luta contra a “[...] colonialidade do poder, que é a materialidade dos corpos” (Oliveira, neste debate). Explicamos, diante do que é exposto pela autora, tanto a “colonialidade” quanto a “racialidade” dizem respeito a determinado espectro insistente, capaz de retornar sempre e a todo momento como aquele que se dispõe a romper certa lógica temporal linear. Ao fazer esse movimento, esse espectro retornante torna-se a fratura da condenação, a condição que acaba por estacionar os “sujeitos colonizados subalternizados” fora do “espaço-tempo do humano” (Oliveira, neste debate), sempre representados como o elemento intrusivo do colonial. Nesse sentido, esse espectro responsável pela fratura e por determinado “não lugar” do pensamento histórico reclama um espaço no presente, mais do que um fardo do passado, trabalha para ser reconhecido no presente, numa busca constante pela liberdade frente ao cativo.

Nas últimas páginas do artigo, Oliveira nos apresenta a obra escrita por Saidiya Hartman a partir de sua viagem para Gana e o conseqüente problema dos espectros que ainda “irrompem intempestiva e constantemente no presente” (Oliveira, neste debate), e em vista dos nossos “arsenais explicativos” inconsistentes para tirá-los do cativo. Confessamos que ficamos especialmente interessadas na narrativa de Hartman e nisso que poderia ser uma leitura e busca “[...] do que continuava vivo” (Oliveira, neste debate) em corpos e lembranças silenciadas pela historiografia (Oliveira, neste debate). Assim, desde esse momento, iniciávamos uma leitura do livro de Hartman, a partir do artigo de Maria da Glória de Oliveira.

Observamos que nossas considerações iniciais acerca do artigo de Oliveira são concisas, diante de tudo que é desenvolvido no texto, no entanto, partimos delas para direcionar aqueles problemas que mais nos inquietaram e que pretendemos desenvolver (timidamente) nas próximas páginas. São eles: Diante dos conceitos e desdobramentos expostos no artigo de Oliveira, como podemos observar e, de certa forma, acolher, o espectro da “colonialidade-racialidade” que aparece no texto de Saidiya Hartman? Como pensar a representação do sujeito negro do livro, a partir disso que Oliveira chama de “beco sem saída da representação?” Por fim, como lembrar e, no limite, retirar do cativo, os espectros que insistem em nos assombrar no presente? (Oliveira, neste debate).

SAIDIYA HARTMAN: SOBRE A FALLTA QUE A INSCRIÇÃO FAZ

Vagando no espaço que funcionara como um entreposto do tráfico de escravizados, Hartman conclui que estava ali menos porque esperava descobrir *o que realmente aconteceu* e mais por conta do que ainda continuava vivo. E, portanto, para ela, a questão principal não se resumiria apenas em uma impossibilidade de aliviar o fardo do passado, mas nos modos como os desafios éticos e políticos das histórias passadas ainda nos assombram no presente. Afinal, se os espectros da escravidão, da colonialidade e da racialidade irrompem intempestiva e constantemente no presente, talvez seja porque nossos arsenais explicativos, embora robustos e consistentes, ainda nos mantenham longe de uma saída do cativeiro. (Oliveira, neste debate)

Como narrar histórias que não conhecemos completamente e que ainda assim nos assombram? Como conferir dignidade à morte e ao esquecimento daqueles que parecem estar vivos em nossos corpos? Como ouvir os fantasmas que ainda não puderam descansar? Como falar e escrever sobre os mortos ainda presos em nossas representações? Esses são alguns questionamentos que fizemos em cada uma das 364 páginas do livro *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*, escrito por Saidiya Hartman em 2007, e traduzido para o português por José Luiz Pereira da Costa, apenas em 2021.

Nesse livro, que nos foi apresentado pelo artigo de Oliveira, imergimos na viagem de Hartman a Gana, com a finalidade de conhecer determinada rota feita por seus ancestrais sequestrados em África e escravizados na América. A partir da narrativa, é possível observar o próprio desvelamento da autora que passa a questionar sua trajetória e reconhecimento diante da história que lhe havia sido contada. De acordo com Fernanda Silva e Sousa, em *Sem nomes e sem histórias, mas amados*, Hartman propõe uma “fabulação crítica”, abordada a partir de “[...] um método que envolve imaginar o que poderia ter acontecido, e o que poderia ter sido dito para além de uma gramática da violência” (Sousa, 2023, p.14).

Destarte, entre uma página e outra, somos apresentados e invadidos pelos espectros do passado que estão, ainda, e, cada vez mais, presentes nas históricas e experiências da atualidade. Os espectros no livro de Hartman não ocupam o lugar destinado aos mortos, pelo contrário, assombram a autora a todo momento como aqueles que foram vendidos e enclausurados, não apenas nos navios e senzalas, mas também na própria linguagem e história do colonizador. Aparece sempre como o elemento ausente e herdado nas palavras escritas pela autora (Hartman, 2007).

Assim, e partindo tanto do que é observado por Maria da Glória de Oliveira em *Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo* (2024), quanto do que é explicitado por Jacques Derrida, em *Espectros de Marx* (1994), entendemos que o espectro é ainda uma herança, mas não uma herança completa, inteiramente clara, não se trata de um legado transparente e de uma totalidade herdada de antemão, trata-se de um fragmento descoberto, filtrado e escolhido. Do contrário, não teríamos o que herdar, seríamos o próprio espectro. Somos antes uma memória, finita, uma injunção. Vivenciamos, em nosso corpo, pensamento, concepções e riscos, diferentes heranças espectrais, heranças que não se mostram de imediato, nem por completo, mas que desafiam e rasgam o presente e o discurso histórico em determinado momento. Ao observarmos os espectros presentes e até mesmo descritos no livro de Hartman, não perguntamos apenas pelos mortos e pelas torturas do passado, mas também pelas violências que ainda se repetem no tempo da autora. Falamos das atrocidades que a nossa temporalidade ainda revive na própria representação. A partir do que foi exposto por Oliveira, entendemos que estes

espectros agentes que trabalham constantemente para retornar, e, de certa forma, tornar-se presente no “espaço-tempo do humano” (Oliveira, neste debate), desejam ser mais do que um forasteiro na história, mais do que a mera representação de *obruni*, querem ocupar o lugar da liberdade. O termo *obruni* foi designado à própria Saidya Hartman ao chegar em Gana, significa **estrangeiro**, aquele que não pertence, que visita, que é estranho e que vem de outro lugar. Também ela que procurava compreender parte da história, das lacunas deixadas por seus ancestrais, deparou-se com esse “não lugar” da representação. Não se sentia completamente representada nos Estados Unidos, e também não era parte de Gana, ocupava o espaço da estrangeira, da exilada, da forasteira que retornava e irrompia naquele presente. Havia mais dos espectros nela do que pudera prever, no limite, detinha em seu corpo o próprio trabalho e anseio dos espectros ancestrais:

Eu era uma forasteira na vila, uma semente errante desprovida da possibilidade de se enraizar. Às minhas costas, as pessoas sussurravam *dua ho mmire*: um cogumelo que cresce nas árvores não tem solo profundo. Todos evitavam a palavra “escravo”, mas todos nós sabíamos quem era quem. Como uma “bebê escrava”, eu representava o que estava mais próximo de ser evitado: a catástrofe que fora nosso passado e as vidas trocadas por tecidos da Índia, miçangas de Veneza, búzios, armas e rum. E o que era proibido discutir: a questão da origem de alguém. *Obruni* forçou-me a reconhecer que eu não pertencia a lugar algum. O domínio de um estrangeiro é sempre um ilusório outro lugar. Eu nascera em outro país, onde eu também me sentia como uma alienígena, o que, em parte, determinara a razão de minha ida a Gana. Tinha me cansado de ser uma pária. Secretamente, queria pertencer a algum lugar ou, pelo menos, queria uma explicação conveniente de por que eu me sentia como uma estrangeira (Hartman, 2021, p. 10).

Sentir-se como estrangeira, não ser parte e não se reconhecer na representação que lhe foi designada. O que a autora descreve, parece-nos ser o próprio reconhecimento do enclausuramento, a descoberta da sua captura enquanto “diferença histórica”, enquanto elemento ausente de determinada historicidade secular e tradicional. Quais seriam as consequências e riscos enfrentados pelo sujeito que, assim como os espectros dos seus ancestrais, percebe-se fora do tempo-espaço do humano, preso à determinada representação, incapaz de conferir-lhe dignidade e lugar? Como lidar com a história depois dessa compreensão? Como lidar com a própria resistência devedora das representações? Como lidar com o corpo e com as memórias refletidas do passado? Memórias essas que não podem ser vistas e lidas nas inscrições tradicionais. Memórias que, assim como menciona Lélia Gonzalez, estão inscritas em um lugar que não raras vezes “[...] a gente considera como não-saber que conhece [...]” (Gonzalez, 1983, p. 226-227), mas que estão ali, cada vez mais latentes, no encontro entre os enfrentamentos do passado e do presente. Naquele momento, Hartman percebia que ela era a lembrança do que se desejava esquecer, “[...] a lembrança de doze milhões que cruzaram o Atlântico e de que o passado ainda não acabou [...]”, “a prole dos cativos” e o “vestígio dos mortos” (Hartman, 2021, p. 27). Hartman era o que não estava inscrito na história, o que se tentou esquecer e o que se desejava apagar.

No capítulo VIII, aquele que dá nome a obra da autora, entendemos um pouco disto que seria o processo do esquecimento. Um esquecimento doloroso, forçado e completamente proposital:

Em toda sociedade escravista, os senhores procuraram erradicar a memória dos escravos, ou seja, eliminar todas as evidências de uma existência anterior à escravidão. Isso aconteceu tanto na África quanto nas Américas. Uma escrava sem um passado não tinha uma vida para vingar. Não havia tempo a ser perdido com saudades de casa; não havia recordações de um país distante que diminuíssem o ritmo de sua produção enquanto ela arava o solo; nenhuma imagem de sua mãe viria à mente quanto olhava o rosto de seu filho. A dor de tudo o que havia perdido não se agitava no peito e a fazia senti-lo apertado. Aquilo que foi esquecido não representava qualquer ameaça. Porém, mais do que armas, grilhões e chicotes se faziam necessários para obliterar o passado – para tanto, o senhorio e a escravidão precisariam também de feitiçaria (Hartman, 2021, p. 196).

Assim, na tentativa de fazer esquecer as lembranças do que ficava, da inscrição e da história, aquelas pessoas sequestradas e escravizadas eram “enfeitiçadas” pelos traficantes, eram forçadas a perder a mãe. **Perder a mãe** aqui significa esquecer o semblante, os gestos e os afetos daquela que lhe permitiu a vida, significa esquecer o lugar de nascimento, significa esquecer a história. Mas, no fim, e apesar das matas, árvores, rios, poções e córregos do esquecimento,³ Hartman ainda estava ali. Independentemente do esforço empenhado, ela voltara como a própria lembrança da culpa e o fantasma retornante da dor. Ou seja, não estar presente na inscrição e não ser suficientemente descrita pela linguagem, não foi o bastante para que ela e a sua ancestralidade deixassem de incomodar e existir.

Mais do que perder a mãe, o esquecimento forçado tinha ainda outro objetivo: era preciso esquecer também o nome e o rosto do escravizador. Com o desenrolar das páginas, a autora chega à triste conclusão de que ela não era descendente dos reis e rainhas de Gana – como tendemos a pensar e falar – seus antepassados eram, na verdade, aqueles que foram vendidos e trocados pela realeza. Era preciso esquecer a troca, e, sobretudo, era preciso esquecer o sequestrador, o traficante, o senhorio, o agressor. Era preciso esquecer para evitar a vingança e o remorso. Hartman estava ali como a filha dos escravizados que reivindicava a mãe, representava o rompimento daquele segredo que deveria ficar guardado, em silêncio, no inconsciente, até porque certas verdades, como destacado por Grada Kilomba, podem provocar o desconforto no agressor, a vergonha, a ansiedade (Kiomba, 2016).

Após sua última parada na cidade de Gwolu, Hartman sente-se mais uma vez no lugar da não inscrição. As canções que ouvia eram sobre os sobreviventes, sobre aqueles que conseguiram fugir, que triunfaram, que puderam recomeçar a vida. Não se pareciam em nada com o que ela ouvira de seu avô, não se pareciam com as canções fúnebres de trabalho e lamento que observara na América. Ninguém falava sobre aqueles que foram escravizados, derrotados, pisoteados por cavalos e vendidos por seus familiares... Esses foram, mais uma vez, esquecidos, não estavam nas histórias:

³ Todos os locais na África Ocidental que traficaram os escravos possuíam seus próprios Lethe – rios e córregos cujas águas faziam os escravos esquecerem seu passado, densas matas que enganavam antigas memórias numa teia de folhas e pedras que obstruíam a entrada do passado, amuletos que ensurdeciam um homem quanto à língua da mãe e santuário que podavam e aparavam o tempo de forma que somente o agora era o que restava. Curandeiros tradicionais preparavam as mais poderosas misturas de ervas que eram capazes de fazer com que o mais fiel dos homens esquecesse sua esposa num piscar de olhos; marabutos aplicavam poções e colocavam talismãs para a apagar o rastro da casa; padres forçavam cativos a prestar votos de fidelidade aos seus raptos; com o poder da mão esquerda, feiticeiros domesticavam qualquer resistência. Traficantes europeus também empregavam ocultistas para pacificar e ter acesso aos escravos com ervas medicinais (Hartman, 2021, p. 197).

Em Gowlu, finalmente me dei conta de que aqueles que ficaram contam histórias diferentes das que os filhos dos cativos arrastados pelo mar contavam. As histórias deles não eram uma memória de perda ou de cativo, mas de sobrevivência e boa sorte. Afinal, eles haviam escapado dos entrepostos de escravos, ao contrário dos meus ancestrais. Eles foram capazes de reconstruir comunidades arrasadas. Apesar de sua pobreza atual, eles moldaram uma narrativa de libertação na qual a glória do passado era o ingresso para um futuro redimido (Hartman, 2021, p. 292).

Ao fim, e após um ano em Gana, Hartman ainda sentia falta daquelas histórias que não foram contadas, daqueles espectros que permaneciam como ausentes da inscrição histórica e presentes em seu corpo. Se, como apontado por Fernanda Silva e Sousa, Saidiya Hartman propôs-se “[...] a cuidar dos mortos que não foram devidamente lamentados na história” (Sousa, 2023, p. 7), talvez não tenha alcançado o objetivo tão esperado. Alguns mortos ainda não foram encontrados. No entanto, algo de fato a ligava a todos aqueles que descendiam dos fugitivos, rebeldes e sobreviventes de Gowlu: falamos do legado daqueles que lutaram contra a escravidão, do sonho de um lugar outro, um lugar próspero e seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETOMANDO AS INTERSECÇÕES, OS ESPECTROS E AS INSCRIÇÕES

Antes de iniciarmos nossa análise acerca dos espectros e das inscrições presentes no texto de Saidiya Hartman, e a luz do que encontramos no trabalho de Maria da Glória de Oliveira, propomos-nos a pensar acerca de determinados problemas que nos inquietavam naquele momento. Dessa forma, para finalizar nossa reflexão, retomamos aqueles problemas iniciais, com a intenção de explicitar, organizar, ou mesmo responder aos questionamentos levantados de antemão. Vamos a eles:

Diante dos conceitos e desdobramento expostos no artigo de Oliveira, como podemos observar e, de certa forma, acolher, o espectro da “colonialidade-racialidade” que aparece no texto de Saidiya Hartman?

Como observado no artigo de Maria da Glória de Oliveira, o espectro da “colonialidade-racialidade” se trata de determinado *ente* que, por não estar inserido na inscrição historiográfica tradicional, insiste em retornar e romper certa lógica temporal linear da história. Destarte, esses espectros subalternizados e retornantes agem como a própria fratura, o elemento intrusivo do colonial que reclama espaço a todo momento, em busca de reconhecimento e de liberdade.

Assim, e retomando o texto *Perder a mãe* (2021), de Saidiya Hartman, observamos que o retorno do espectro da colonização esteve presente no corpo, nos afetos e nas lembranças que vieram à tona no decorrer de toda a viagem feita pela autora. O espectro esteve presente na ausência e na falta da inscrição, nas cantigas da escravidão não mencionadas, nas violências dos traficantes e do senhorio, no esquecimento forçado, na designação de estrangeiro – do obruni, daquele que não pertence e que pede a todo momento para ser acolhido e considerado. Acolhido como história, como parte e não mais como intruso, que quer ser contado e que reclama outro espaço na linguagem e narrativa, mesmo que esse espaço ainda não seja possível na linguagem que conhecemos.

Como pensar a representação do sujeito negro observado no livro de Hartman, a partir disso que Oliveira chama de “beco sem saída da representação”?

Para Maria da Glória de Oliveira, o chamado *beco sem saída da representação* diz respeito aos problemas e prisões provocados pela própria linguagem. A representação que por diversas vezes é utilizada para reivindicar o espaço dos sujeitos subalternizados nas narrativas dos colonizadores, e que acaba levando também ao limite da expressão, da escrita e da fala, à clausura da inscrição. A representação que tende a rasgar determinado véu observado nos discursos historiográficos e que busca tensionar as mais diferentes disputas e cobranças por justiça e por reparação, mas, que, ainda assim, utiliza-se de linguagens aprisionadoras. Algo que surge no texto de Hartman a partir da falta de “arsenais explicativos” suficientes para acolher aqueles sujeitos negros, descendentes de homens e mulheres escravizados, “arsenais explicativos” esses que, uma vez criados na própria linguagem do colonizador, não são capazes de retirar nossos ancestrais da clausura, da captura, e do aprisionamento.

Como lembrar e, no limite, retirar do cativo, os espectros que insistem em nos assombrar no presente?

Esse que acreditamos ser o maior desafio presente no texto é também aquele que (ainda) não conseguimos responder, aquele sobre o qual só conseguimos pensar e concluir acerca da necessidade de determinada reorganização epistemológica da área. Terminamos a nossa leitura e comentário com a demanda da reorganização, é preciso reorganizar o espaço que os sujeitos subalternizados ocupam na linguagem da representação. Observamos que o reconhecimento do aprisionamento tende a ditar novos desafios para os temas que pretendemos estudar. Entendemos, inclusive, que é a partir das considerações de Oliveira que retomaremos os nossos problemas, quanto ao corpo, à raça e ao gênero que sempre estiveram presentes em nossas pesquisas.

No entanto, precisamos admitir que ainda não sabemos o que fazer, como fazer, quais metodologia dariam conta de tamanha problematização, ainda não sabemos como trazer a dignidade necessária a esses espectros que, há muito tempo, buscam a liberdade e o sossego para, enfim, descansar. Sigamos então com a pesquisa instigante, com busca incessante de tal dignidade, e com o diálogo sempre essencial a investigações como essas.

REFERÊNCIAS

CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61, p. 78-95, 2018.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.) *Por um feminismo afro-latinoamericano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1984]. p. 75-93.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. de. A mobilização das carnes: história, desejo e política ao rés dos corpos. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, p. 1-21, 2023.

OLIVEIRA, Maria da G. de; HANSEN, Patrícia S. Corpos, tempos, lugares das historiografias. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, p. 3-13, 2023.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. *Caminhos da História*, Montes Claros, v. 27, p. 58-78, 2022.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, p. 104, 2018.

RANGEL, Marcelo de M. A urgência do giro ético-político: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de Lança*, v. 13, p. 27-46, 2019.

RANGEL, Marcelo de M.; ABREU, Marcelo. Memory, Historical Culture, and History Teaching in the contemporary world. *Revista Transversos*, p. 17-36, 2020.

RAMOS, André; DIAS CASTRO, Rafael. Entre a inevitabilidade do trauma e a (im)possibilidade do luto. *Revista de Teoria da História*, v. 25, p. 236-257, 2023.

RODRIGUES, Rogério R. Quem narra um conto, aumenta um ponto: responsabilidade social e escrita colaborativa a partir dos desenhos infanto-juvenis da Guerra do Contestado. *Revista do NUPEM*, Campo Mourão, v. 14, p. 64-82, 2022.

RODRIGUES, Thamara. Sonhos, temporalidades e universidade: experiências para o futuro. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 231-249, 2023.

SILVA, Denise F. da. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina da Imaginação Política e Living Commons, 2019.

SILVA E SOUSA, F. Sem nomes e sem histórias, mas amados: a escrita da história da escravidão em *Perder a mãe*, de Saidiya Hartman. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-31, 2023.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Ana Paula Silva Santana: Doutora. Professora. Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Alagoas, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida General Luiz França de Albuquerque, s/n, ap.02, CEP- 57039-230, Riacho Doce, Alagoas, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Ana Paula Silva Santana.



FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Ana Paula Silva Santana. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 24 de novembro de 2023

Aprovado em: 20 de janeiro de 2024

Como citar: SANTANA, Ana P. S. Maria da Glória de Oliveira e Saidiya Hartman: uma leitura dos espectros, dos tempos plurais e da (não)inscrição. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 384-395, 2023.

